

EDcl no HABEAS CORPUS Nº 569.465 - RS (2020/0076645-8)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
EMBARGANTE : ANGELO FAGUNDES DE BORBA (PRESO)
ADVOGADO : VINÍCIUS DA SILVA ROCHA - RS103083
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por ANGELO FAGUNDES DE BORBA em face da decisão que indeferiu liminarmente o *habeas corpus*, em razão da aplicação de súmulas de admissibilidade, nos termos do art. 21-E, inciso IV, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Em suas razões, sustenta a parte embargante que:

1 – A decisão a quo mostra-se inegavelmente abusiva porque deixa de observar à Recomendação nº 62/2020, em seu artigo 3º, inciso II, alínea b e c, e inciso III, bem como porque se omite no tocante às medidas de prevenção previstas no artigo 3º da Lei nº 13.979/2020 e artigo 3º da Portaria Interministerial nº 7/2020 que o Presídio Estadual de Camaquã-RS não atende.

A situação de afronta à dignidade da pessoa humana (já reconhecida por meio da ADPF nº 347 declarada pelo Supremo Tribunal Federal) vivenciada pelo embargante comprova o constrangimento ilegal a que está submetido, chancelada por uma decisão que dá prioridade à presunção de risco à ordem pública do que o direito à vida 1, em total cegueira com a crise mundial decorrente da pandemia do COVID-19 declarada pela Organização Mundial de Saúde.

[...]

2 – A decisão, ainda, mostra-se teratológica porque está na contramão das exigências de motivação e fundamentação previstas no inciso IX do artigo 93 da Constituição Federal cumulada com os §§ 1º e 2º do artigo 315 do Código de Processo Penal. Inclusive, em total inobservância às seguintes decisões: RHC 116.625/RJ, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 10/03/2020, DJe 16/03/2020; HC 552.716/RJ, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 10/03/2020, DJe 17/03/2020.

Logo, entende-se que a decisão ora embargada restou omissa no tocante à alegação de teratologia da decisão hostilizada, eis que genérica e lacônica, ou seja, insuficientemente fundamentada.

3 – A decisão a quo, ademais, mostra-se flagrantemente ilegal porque não demonstra – em aspectos concretos e idôneos – o periculum libertatis do embargante à ordem pública, em total afronta ao artigo 312 do Código de Processo Penal, assim como não demonstra a insuficiência e

desproporcionalidade de se aplicar, no caso, as medidas cautelares diversas da prisão previstas no artigo 319, em inobservância ao § 6º do artigo 282 do mesmo Código.

A decisão em questão não indica concretude – baseada em elementos extraídos dos autos – do risco à liberdade do embargante de modo a demonstrar insegurança à ordem pública, sendo, portanto, incapaz de afastar o princípio da presunção de inocência, norteador das medidas cautelares. Há, apenas, indicativos de presunção de perigo do estado do liberdade, de conceitos jurídicos indeterminados sem relação com o caso dos autos e motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão, em razão do conceito vago e indeterminado da ordem pública.

[...]

4 – Por último, vislumbra-se contrariedade entre a decisão embargada e a situação atual do autos, em que o embargante não está mais respondendo pelos incisos IV e V do § 2º do artigo 121 do Código Penal, motivo pelo qual se entende que a decisão do Tribunal a quo deixou de observar as alterações fáticas e processuais após 2 (dois) anos de prisão preventiva decretada, sem contar a ordem de revisão, de ofício e obrigatória, sob de ilegalidade, prevista no parágrafo único do artigo 316 do Código de Processo Penal. Nestes termos, advoga-se pelo recebimento e acolhimento dos presentes Embargos Declaratórios, para o fim de, após suprida as omissões e contrariedades apontadas, modificar a decisão embargada com o consequente conhecimento de ofício da ordem de Habeas Corpus impetrada para subsistir por medidas cautelares a prisão preventiva.

Alternativamente, seja a presente peça defensiva recebida como pedido de reconsideração da decisão que indeferiu liminarmente o presente writ, com base nos termos acima declinados (fls. 116/119).

Requer, assim, o conhecimento e acolhimento dos embargos declaratórios para que seja sanado o vício apontado.

É o relatório. Decido.

Nos termos do art. 619 do Código de Processo Penal, os embargos de declaração destinam-se a retirar ambiguidade, esclarecer obscuridade, eliminar contradição e suprir omissão existentes no julgado, **o que não se verifica na hipótese.**

Registre-se que "não é o órgão julgador obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos trazidos pelas partes em defesa da tese que apresentaram. Deve apenas enfrentar a demanda, observando as questões relevantes e imprescindíveis à sua resolução. Nesse sentido: REsp 927.216/RS, Segunda Turma, Relatora Ministra Eliana Calmon, DJ de 13.8.2007; e REsp 855.073/SC, Primeira Turma, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, DJ de 28.6.2007" (EDcl nos EDcl no REsp 1642531/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/04/2018, DJe 22/04/2019).

Superior Tribunal de Justiça

Por fim, ressalto que a pretensão de rediscutir matéria devidamente abordada e decidida no *decisum* embargado, consubstanciada na mera insatisfação com o resultado da demanda, não se coaduna com a via eleita. Nesse sentido, o EDcl no AgRg nos EREsp n. 1.315.507/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, DJe de 28/8/2014.

Assim, não há qualquer irregularidade sanável por meio dos presentes embargos, porquanto toda a matéria apta à apreciação desta Corte foi analisada, não padecendo a decisão embargada dos vícios que autorizariam a sua oposição (obscuridade, contradição, omissão ou erro material).

Ante o exposto, **rejeito os embargos de declaração.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 1º de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente